

Por uma prática educativa centrada na pessoa do educando

Cipriano Carlos Luckesi¹

Recentemente participei, no Programa de Mestrado em Educação, da Universidade do Estado da Bahia --- UNEB, Campus de Salvador, de uma Banca Examinadora da Defesa Pública de Dissertação, intitulada *A prática educativa a serviço da formação de trabalhadores em cooperativa*², na qual o mestrando apresentou uma investigação realizada junto aos catadores de lixo no antigo “Lixão”, da cidade, lugar onde os caminhões de coleta de resíduos domiciliares faziam a sua descarga. Hoje esse espaço já não existe mais. O estudo teve por foco a exposição da metodologia educativa utilizada para auxiliar os catadores de lixo desse local --- os badameiros³ --- a passarem de um estado de *massa* para um estado de *coletivo organizado*, tendo em vista a constituição e a manutenção de uma cooperativa, que os aglutinava como um grupo com um objetivo comum. No início das atividades educativas, os badameiros formavam uma massa humana despersonalizada, ao final, já possuíam o senso de individualidade de si e do outro, ao mesmo tempo, que o senso de grupo.

Uma massa de pessoas não é um grupo, na medida em que as individualidades não são reconhecidas nem por si mesma nem pelos outros, o que suprime a liberdade de cada um e a relação entre os seus componentes. Um grupo, por outro lado, constitui-se de sujeitos que minimamente tem a posse de si mesmos, isto é, sua individuação, o que garante, por sua vez a liberdade de decisão e de relação com o outro e com tudo o mais que se expressa na vida.

Com o que atuou educativamente esse mestrando? Com uma prática educativa centrada na pessoa do educando, diversamente do que tem ocorrido em nossas escolas, ao longo do tempo e de forma predominante nos últimos tempos, que se realiza centrada no currículo. Qual é a diferença dessas posturas?

¹ Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, e-mail: luckesi@terra.com.br.

² Ubton José Argolo Nascimento, *A prática educativa a serviço da formação de trabalhadores em cooperativa*, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, FAEEBA, UNEB, Salvador, Bahia, 2006. Contato: ubton@uol.com.br.

³ Os catadores de lixo desse local recebiam o nome de “badameiros”, termo não dicionarizado, ao menos o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa não traz essa palavra.

Uma prática educativa centrada no currículo tem sua atenção centrada no cumprimento de um programa curricular, seja ele em termos de tempo e/ou de conteúdo. Nessa perspectiva desse entendimento, é comum ouvirmos de educadores escolares, em nosso meio, falas equivalentes a estas: “Como vou dar atenção aos educandos, em suas necessidades, se eu tenho pouco tempo para cobrir todo o programa da disciplina que ensino?”; ou, então: “O vestibular exige que o programa curricular seja todo cumprido, o que impede ter tempo para dar atenção às necessidades específicas dos educandos”; ou ainda: “Como vou dar atenção às necessidades dos educandos, se tenho todo um programa para cumprir?”

Nesse contexto, onde os educadores, em sua prática cotidiana, revelam essa dicotomia entre o educando e o currículo, o que prevalece é o currículo e não o educando. Cumpre-se o currículo, mas não se olha para o educando em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, e em suas necessidades. Muitas vezes, nem mesmo se olha para a adequação (ou não) do currículo às necessidades dos educandos, na medida em que, muitas vezes, é definido de forma genérica, como se pudesse ser adequado para todos os estudantes de todos os lugares, de todos os tempos e de todos os grupamentos humanos.

Diversamente disso, uma prática educativa centrada no educando, toma-o como centro de atenção e ponto de partida para toda e qualquer decisão que se venha a tomar pedagogicamente. Quem vai ser formado é o educando, por isso, importa estar atento a ele, às suas necessidades e singularidades. Se, em nossa prática educativa cotidiana, falamos em “formar o educando”, como é que nossa atenção pode estar centrada no currículo? Será que aí não há um paradoxo? Em nosso discurso cotidiano, afirmamos que formamos o educando, todavia centramos nossa atenção no currículo em detrimento da sua formação.

Fenomenologicamente, podemos perceber que todo ser humano (e, pois, o educando) é constituído por diversas dimensões, que se expressam como relação consigo mesmo, com o outro, com o meio e como o sagrado. O ser humano é um só, ele é uno, porém com dimensões variadas.

Uma escola, a meu ver, em função de como foi e de como está instituída socialmente, tem por *projeto* a formação do educando como pessoa e como cidadão e, para tanto, serve-se do currículo, como recurso a serviço desse processo. Isso quer dizer que a escola deve estar totalmente voltada para o educando, como pessoa e como foco da atenção de todas as atividades. Evidentemente que é importante que um currículo seja cumprido, mas somente na

medida em que ele é recurso de aprendizagem e desenvolvimento do educando. Uma escola centrada na pessoa do educando não dispensa um currículo, de forma alguma; contudo, coloca-o a serviço do processo de formação e desenvolvimento do educando.

No caso, o que importa é o educando, tudo o mais serve de recurso; recursos fundamentais, mas recursos. Isso está expresso na velha afirmação da sabedoria universal de que o “ser humano não foi feito para o sábado, mas, o sábado para o ser humano”. A questão central não é o futuro do educando nem o vestibular, como propõe hoje nossas escolas centradas no currículo, mas sim centrada no educando como pessoa e como cidadão.

Nesse contexto de uma prática educativa centrada na formação do educando, vale a pena compreender quem é esse educando, tendo em vista servir, com a educação escolar, a sua aprendizagem e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento. Todo ser humano e, no caso, o educando, constitui-se de diversas dimensões: (1) voltado para si mesmo, (2) para o outro, (3) para o meio ambiente e (4) para o sagrado.

A expressão “voltado para si mesmo” significa que o educando necessita de formar para si mesmo um “eu saudável”, que lhe possibilite assumir-se como sujeito de decisões e de responsabilidades, que seja capaz de escolher e sustentar diante de si e dos outros suas decisões, levando-as à frente, realizando-as, responsabilmente, enriquecendo-se a si mesmo, ao outro, ao meio e ao sagrado.

Será que nossa prática educativa tem feito esse papel de dar suporte ao nosso educando para que vá constituindo sua personalidade como uma pessoa livre, autônoma e responsável pelas suas escolhas e seus atos?

Por outro lado, existe a dimensão do outro. Nós nos constituímos na relação com o outro. Nos relacionamos com ele. Nascemos e crescemos num meio natural e social com os outros. O outro nos acolhe, nos confronta, nos solicita, nos serve. Ninguém aprende e se desenvolve sozinho, mas sempre em relação com o outro. Então o que significa o outro em nossa vida? Exatamente o fundamento dos nossos atos éticos. A ética somente tem sentido se ela tiver como fundamento o outro, que é um ser humano igual a nós mesmos, com os mesmos direitos e deveres que temos. É na relação com o outro que cada um de nós vai aprendendo, ao longo da vida, a conviver com o outro, seja ele de que etnia, nação, religião ou cultura for.

No início da vida, somos egocentrados, ou seja, “tudo é nosso” ou “deve ser só para cada um de nós, desde a mãe, o pai, os outros e os objetos”; essa é a ética pré-convencional (infantil); mas, aos poucos, com o desenvolvimento, aprendemos (ou deveríamos aprender, pois que tantos não aprenderam) que o outro também necessita de viver e sobreviver, como nós necessitamos de viver e sobreviver.

Esse nível de relação com o outro se expressa de duas maneiras, uma mais abrangente do que outra: a primeira maneira de respeitar o outro eticamente é agir responsabilmente, cumprindo todos os contratos que fazemos, tanto implícita como explicitamente. Existe uma responsabilidade que pertence a mim e outra, que pertence ao outro. Minimamente, eu cumpro o que pertence a mim. Essa é a ética contratual, quase que jurídica, mas necessária na convivência com o outro; ela se denomina de ética convencional.

A segunda forma de vivenciar a ética centrada na relação com o outro é o “amor universal a serviço da vida”. Então, aprendemos a servir o outro, não em função de um contrato, mas sim em função das necessidades do outro, ao lado das nossas necessidades e das nossas possibilidades; essa é a ética pós-convencional.

Também aqui cabe perguntar: O que tem feito nossa escola para que esse desenvolvimento ético se faça através do ensino das disciplinas que regemos?

Além da dimensão de si mesmo e do outro, há a dimensão do meio ambiente. Vivemos num determinado meio. Como nos relacionamos com ele? Como ajudamos nossos estudantes a aprender a se relacionar com ele? Por “meio ambiente”, aqui tanto entendemos o espaço próximo como o distante; tanto o espaço de nossa casa, de nossa sala de aulas, da nossa rua, do jardim à frente de nossa casa, como a praça pública de nossa cidade ou de outra cidade, tanto o córrego junto de nossa casa, como o rio Amazonas, tanto as plantas do nosso jardim como as diversas matas sobre o solo do nosso país. A dimensão ecológica de cada um de nós necessita de ser levada em conta na prática educativa, tendo em vista formar nossa capacidade de respeitar a vida fora de nós, mas, ao mesmo tempo, constitutiva de cada um de nós. A ação ecológica tem a ver com os processos políticos e sociais de preservação do meio ambiente natural, mas também tem a ver com os cuidados diretos e imediatos com o meio próximo mais próximo de nós, onde vivemos nosso cotidiano. Isso também tem a ver com conduta ética. Servir-se do meio ambiente, sem agredi-lo ou destruí-lo. Essa é a forma de utilizarmos do meio ambiente para a nossa sobrevivência e de todos os outros, garantindo que outros

também possam utilizá-lo no presente, em futuro próximo ou no futuro distante. Através do currículo escolar, como temos trabalhado para que nossos estudantes se formem na aprendizagem desses cuidados?

Por último, existe a dimensão do sagrado. Sagrado, aqui, não quer dizer o religioso. Este pode ser confessional e, por isso mesmo, muitas vezes, pode se manifestar dogmático e rígido. O sagrado é mais amplo. Expressa o sentimento de respeito por alguma coisa que é maior do que nós; pode ser a vida, a natureza, Deus. A dimensão do sagrado nos inspira respeito, inspira um sentimento de submissão a algo que é maior do que nós. Essa experiência pode ser aprendida pela vivência e não pela imposição da autoridade. Será que temos oferecido aos nossos estudantes oportunidades de desenvolver essa dimensão, através do silêncio, da meditação, de rituais vivenciados, da escuta de si mesmo?

Bem, se o projeto pedagógico é formar o educando, para que serve o currículo? Ele é o mediador, o recurso com o qual vamos formar o educando. O currículo com suas disciplinas, seus conteúdos e suas atividades, nada mais é do que um meio para que a formação do educando se processe. O currículo, no contexto de uma prática pedagógica centrada nele mesmo, atende fundamentalmente a formação do pensamento conceitual do educando, muitas vezes, sem nenhum vínculo com a vida pessoal e cotidiana; porém, numa visão centrada na pessoa do educando, coloca-se a serviço da sua formação como pessoa, portanto de uma forma integral. E, para isso, não necessita de desviar-se dos seus conteúdos, mas sim colocar conteúdos e atividades a serviço da formação da pessoa do educando.

Vamos trazer alguns exemplos. A língua nacional, --- caso não seja ensinada exclusivamente para aprender a sua estrutura e aprender a mecânica da leitura e as relações entre as partes de um texto, de um parágrafo ou de uma oração (atividade intitulada, a meu ver, inadequadamente, de interpretação de texto) ---, pode ser riquíssima para a formação do educando. A gramática como um todo expressa um ordenamento da forma de se expressar, isso exige regras. Mas, também, os conteúdos das leituras trazem compreensões variadas sobre o mundo e a vida, o que ajuda o educando a estar constituindo sua visão de mundo.

E, a alfabetização? Esta área de aprendizagem da língua nacional exige que a criança esteja encerrando a experiência egocentrada e inicie o abrir-se para a fase da socialização. A alfabetização exige não só conhecer e servir-se das letras, mas também servir-se das letras numa determinada ordem. A ordem das letras constitui forma e dá sentido da palavra. Por

exemplo, usar “b+a” forma a sílaba “ba”; mas, invertendo-se a ordem, portanto, usando-se “a+b” não formamos uma sílaba; ou ainda, “antes de p e b usa-se o m”. Na vida, em muitas ocasiões necessitamos de seguir regras, sob pena de nos destruirmos ou sob pena de destruirmos os outros. Por que não aprender isso desde cedo?

Então o professorar(a) de alfabetização pode servir-se dos elementos curriculares para dar suporte à criança para que aprenda que na vida existem regras e papéis; uma experiência fundamental para a constituição de um “eu saudável” consigo mesmo, com os outros, com o meio e com o sagrado. Importa dizer que isso não implica em submissão, mas em compreensão e uso adequado das regras.

O próprio ato de aprender a ler e escrever exige uma disciplina, uma atenção específica, o que é um elemento fundamental da aprendizagem para o desenvolvimento do “eu”; ou seja, é uso da energia pessoal para encontrar uma solução para uma questão que está posta para a criança (disciplina).

O mesmo pode-se dizer da matemática, que ajuda a compreender a ordem no espaço, mas também, do ponto de vista da formação do sujeito, pode ajudá-lo a aprender a dar ordem no espaço. Todas as outras disciplinas do Ensino Fundamental, Médio e Superior, têm potencialidades e devem oferecer recursos tanto para a aprendizagem conceitual de suas áreas de conhecimento, assim como para a formação do educando. Deste modo, o currículo não tomará o lugar que pertence ao educando, porém, sim, será um recurso fundamental a seu serviço, tendo em vista sua formação.

Caso assumamos a compreensão de que a prática educativa tem por finalidade a formação do educando e não o cumprimento do currículo, está posto para todos nós o desafio: “como servir-nos dos conteúdos e atividades de nossa disciplina para formar o educando, para além da aquisição de conceitos, das fórmulas e dos procedimentos; formá-lo como sujeito e como cidadão”.